



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB)
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS (DCH)
CAMPUS III – JUAZEIRO
CURSO DE JORNALISMO EM MULTIMEIOS**

GEORGE MANOEL DA SILVA

TERRA QUE FALA: ALDEIAS INDÍGENAS DA BAHIA

JUAZEIRO - BA

2025

GEORGE MANOEL DA SILVA

TERRA QUE FALA: ALDEIAS INDÍGENAS DA BAHIA

Memorial apresentado ao Departamento de Ciências Humanas (DCH), da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Campus III, Juazeiro -BA como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Jornalismo em Múltiplos Meios.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª Talyta Singer

JUAZEIRO - BA


2025

GEORGE MANOEL DA SILVA

TERRA QUE FALA: ALDEIAS INDÍGENAS DA BAHIA


Memorial apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Jornalismo em Múltiplos Meios pela Universidade do Estado da Bahia, Aprovado em 23 de julho de 2025, pela banca examinadora constituída

Pelos seguintes professores e jornalistas:

Documento assinado digitalmente
 TALYTA LOUISE TODESCAT SINGER
Data: 28/08/2025 11:14:29-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


Profa. Dra. Talyta Louise Todescat Singer

Universidade do Estado da Bahia

Documento assinado digitalmente
 CECILIO RICARDO DE CARVALHO BASTOS
Data: 28/08/2025 11:31:51-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Me. Cecílio Ricardo de Carvalho Bastos

Universidade do Estado da Bahia

Documento assinado digitalmente
 VINICIUS DA SILVA COUTINHO
Data: 28/08/2025 11:43:30-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Me. Vinícius da Silva Coutinho

Universidade do Estado da Bahia

JUAZEIRO - BA

2025

Em homenagem a Maria Angelica, minha vó.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus pelo dom da vida e cuidar de mim, trazendo ao meu encontro amor, respeito, honestidade e compaixão.

Aos meus pais, dona Joaquina e seu Galego por sempre estar ao meu lado, me apoiando, muitas das vezes sem nem entender;

Aos meus irmãos Gilvan, Nelma, Gizele e Angelica por ser uma das minhas melhores alegrias da vida. Em especial, Angelica, que sempre cuidou de mim como uma mãe;

Aos meus avós, Maria Angelica e Ursulino, pelo apoio e cuidado, em especial à minha vó, que não pôde me ver conquistando os sonhos que ela me ajudou de inúmeras formas a alcançar.

Aos meus tios e primos irmãos pelo incentivo e cuidado que sempre tiveram por mim;

A família que Deus me deu quando vim morar na cidade: Claudia, Andrey, Mirela, Leticia, Sara e toda família Buscapé.

Aos meus amigos, que não preciso dar nomes, porque eles sabem quem são, obrigado por tornar os fardos da vida mais leve, tomando uma gelada ou apenas jogando conversa fora na calçada;

A minha turma por sempre se manter unida, nesses ciclos loucos de faculdade, em especial Karine, Vitória, Eloisa, Henrique, Flávio, e Gabi que não está mais entre nós.

A minha orientadora Talyta Singer, por topar esse desafio, me ajudando a resolver desafios enfrentados durante o projeto, sempre com dedicação e paciência;

Aos meus pré-orientadores Carla Paiva, Cecilio Bastos e Geilson Fernandes pelas orientações importantes que chegaram ao resultado desse trabalho;

A todas as comunidades indígenas que contribuíram para este estudo;

Às minhas supervisoras de estágio Diana Silva, Maria Lima e Karine Paixão, obrigado por todos os ensinamentos e pela paciência de ensinar na prática o que aprendi na teoria.

A instituição Uneb e todos os profissionais que fazem parte dela por proporcionarem todos esses anos apoio durante a realização desse curso de Jornalismo em Múltiplos Meios. Espero que este trabalho honre os anos de estudos realizados e contribua para um futuro mais justo e sustentável para os povos indígenas da Bahia, promovendo a valorização de seus territórios, história e cultura.

*O maior desafio que o historiador dos índios enfrenta
não é a simples tarefa de preencher um vazio na
historiografia, mas, antes, a necessidade de desconstruir
as imagens e pressupostos que se tornaram lugar-comum
nas representações do passado brasileiro*

John Manuel Monteiro

RESUMO

Este memorial descreve o projeto “Aldeia Indígenas da Bahia - AIB”, um produto digital com foco em ampliar a visibilidade social das aldeias indígenas da Bahia. O projeto consiste em identificar e geolocalizar comunidades indígenas do estado através da coleta de dados demográficos, históricos e socioculturais apresentados em um mapa interativo, com descrições das etnias e listas de material de consulta. Durante a pesquisa foram localizados oitenta e um territórios indígenas de trinta etnias diferentes, coletados em diferentes espaços. A metodologia utilizada para essa pesquisa foi quali-quantitativa, exploratória e descritiva, coletando dados de órgãos institucionais como a Fundação Nacional dos Povos Indígenas - FUNAI e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, além de páginas na web com o Instituto Socioambiental - ISA, mídias sociais como o Instagram ou sites municipais de cidades como o de Vitória da Conquista-BA, que traz na história da cidade aparições de comunidades indígenas no processo histórico de cidade, além de lideranças e moradores de aldeias, que serviram como fontes principais na confirmação desses dados investigados. O resultado está publicado em um mapa interativo ligado a um site que busca visibilizar as comunidades indígenas da Bahia, para discutir o papel dessas aldeias na história e na cultura do país disponível em: <https://sites.google.com/view/aldeiasindgenasdabahia/in%C3%ADcio>

Palavras-chave: Geojornalismo, Mapeamento, Aldeias indígenas, Povos Originários, Indígenas da Bahia.

ÍNDICE DE IMAGENS

Figura 1 Recorte visual executando o código em Python utilizando as bibliotecas NumPy e Matplotlib para gerar e visualizar o mapa.	26
Figura 2 Recorte visual da primeira versão do mapeamento das aldeias no Google Colab, em azul estão as usinas hidrelétricas e cada cor dos ícones representa uma aldeia indígena com etnia diferente.	28
Figura 3 Visão geral do mapa com as localizações	32
Figura 4 Visualização de dados referente ao território localizado	33
Figura 5 Visualização referente a lista dos territórios mapeados	33
Figura 6 Logo do projeto	36
Figura 7 Página inicial do site	37
Figura 8 Página mapa do site	37
Figura 9 Página povos indígenas (visão geral dos acessos para as histórias das etnias)	38
Figura 10 Página povos indígenas (acesso a história da etnia)	39
Figura 11 Página dados (visão geral de acessos para os dados das etnias)	39
Figura 12 Página dados (acesso a dados da etnia)	40
Figura 13 Página contato	40
Figura 14 Página sobre (descrição do projeto)	41
Figura 15 Página curiosidades (espaço com diferentes informações sobre indígenas)	42

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
1.1.1. OBJETIVOS	4
1.1.2. Objetivo Geral	4
1.1.3. Objetivos Específicos	4
1.1.4. JUSTIFICATIVA	4
1.1.5. Percurso acadêmico	4
1.1.6. Contribuições esperadas	5
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	9
3. ETAPAS DE PRODUÇÃO	14
3.1. Primeira versão	15
3.2. Levantamento e organização das aldeias	18
3.3. Investigação e Coleta de Dados	19
3.4. Criação do Mapa Digital Interativo	20
3.5. Modo de Operação do Mapa	21
3.6. Desenvolvimento do site	23
3.7. Identidade Visual	24
3.8. Seções do site	25
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
REFERÊNCIAS	33

1. INTRODUÇÃO

Este projeto de TCC tem como objetivo realizar um estudo abrangente sobre as aldeias indígenas localizadas no estado da Bahia, com intuito de torná-las mais visíveis e de fácil acesso na internet. O estudo resultou em um mapa interativo capaz de mostrar a localização e dados essenciais sobre o território mapeado, também possibilitando uma leitura mais aprofundada por um link junto aos dados no mapa, que direciona a uma página com mais informações relevantes à cultura dos originários do espaço localizado. Este memorial descreve a construção do produto de forma detalhada, desde a concepção inicial até a finalização da proposta do produto. Disponível no endereço: <https://sites.google.com/view/aldeiasindgenasdabahia/in%C3%ADcio>

Durante a pesquisa relacionada ao tema dos povos indígenas da Bahia, observou-se a falta de informações básicas sobre algumas comunidades originárias baianas. As etnias neste estudo foram Atikum, Fulni-ô, Guerém, Gueyah, Imboré, Kaimbé, Kapinawá, Kantaruré, Kamaká, Katrimbó, Kariri, Kambiwá, Kiriri, Mongoyó, Potiguara, Pankaru, Pankararé, Pataxó, Pataxó Hãhãhãe, Payayá, Pankararu, Truká, Tumbalalá, Tupinambá, Tupiniquim, Tapuia, Tuxá, Tuxi, Xacriabá, Xukuru-kariri localizadas no território da Bahia, que estão em sua grande maioria com dados sobre as aldeias na web desatualizados e outras sequer existem dados em rede que comprovem suas existências. Um dos motivos deste trabalho é mostrar a realidade dessas etnias indígenas de acordo com suas peculiaridades regionais, além de identificar sua localização geográfica, características socioculturais e desafios enfrentados, possibilitando uma melhor organização de dados em um espaço que possibilite uma melhor compreensão das informações relacionadas às comunidades originárias.

A ideia desse projeto de estudo se deu a partir de um trabalho realizado através da disciplina de Jornalismo Online, condensada com a disciplina de Realidade Latino Americana, no qual precisaria apresentar alguma técnica estudada durante as aulas de Jornalismo Online em uma realidade brasileira, a ideia do projeto para a disciplina, consistia em desenvolver um geomapeamento das aldeias indígenas próximas às hidrelétricas do Rio São Francisco e seus impactos socioambientais. Para desenvolver o geomapeamento foi utilizado o software Google Colab, operando a linguagem Python para conseguir localizar as aldeias e as hidrelétricas através do código de endereçamento postal. Entretanto, durante a pesquisa, foi notável a falta de dados sobre algumas aldeias indígenas, como localização precisa, história, imagens e outras particularidades.

Este é um exemplo da ausência de informação sobre a história dos povos indígenas, que há mais de 500 anos, por muitas vezes, é resumida a uma participação nos livros didáticos sobre o descobrimento do Brasil. Neste mesmo viés, espaços virtuais na web apresentam poucas páginas que abordam a temática de geomapeamento de aldeias indígenas baianas, com clareza nas informações ou disponham de dados atualizados sobre sua localização e origem.

A Fundação Nacional dos Povos Indígenas - Funai, atual órgão brasileiro responsável por coordenar e implementar políticas públicas indigenistas no país e de cuidar da proteção dos direitos territoriais das comunidades indígenas, tem sites que também se encontram em parte desatualizados com ausência de informações sobre terras ocupadas por comunidades indígenas, além da interface pouco intuitiva no processo de procura e apresentação dos dados para a população interessada.

Plataformas bem acessadas como Google Maps e Google não registram muitos dados significativos para essa pesquisa. Visto a dificuldade de encontrar espaços que disponibilizassem informações com clareza relacionadas às comunidades indígenas na Bahia, o processo de pesquisa consistiu na investigação de dados, com foco e juntar o maior número de informações possíveis relacionadas a etnias, comunidades e territórios indígenas na Bahia, considerando oficinas institucionais, Instagram, Facebook, YouTube, notícias, fontes indígenas que habitam o território ou fizessem parte da etnia, e outros meios de captação de informações até que consiga finalizar sem restar dúvidas informações referente a etnias localizadas no estado da Bahia.

A falta de informação sobre esses povos contribui para a extinção e apagamento histórico dessas comunidades, levando a história a se repetir assim como no ano de 1500 com a chegada dos portugueses.

A presença do eurocentrismo nos currículos escolares, ou seja, a herança colonial, ultrapassa o período do colonialismo e chega aos nossos dias como “história universal”. Além de contar apenas uma versão da história, silenciando tantas outras, busca-se negar as diferenças, cristalizar identidades e manter a hegemonia de um único padrão civilizatório estabelecido como “normal”: o branco, o masculino, o heterossexual, o cristão, o urbano, o científico. (FERREIRA; SILVA., 2014, p. 169).

A luta pela demarcação de terras indígenas e equidade são alguns dos principais fatores pelos quais a população indígena está em busca. No entanto, a busca por direitos iguais, em sua maioria, têm evidenciado efeitos não esperados, que contribuem para o

extermínio de um povo cujas diferenças culturais e religiosas estão envolvidas diretamente na identidade brasileira.

Mesmo com todas as conquistas jurídicas e legais alcançadas, a realidade dos povos indígenas no Brasil ainda é de vulnerabilidade e desigualdade.

Em relação à violência, segundo o relatório do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), no ano de 2019 houve uma intensificação de desapropriações de terras indígenas no país. Isso se deu muito em vista de invasões, grilagem e loteamento dessas terras. O relatório apontou um aumento de casos em quase todas as categorias de violência utilizadas na metodologia da pesquisa. Como os conflitos por terras, que de 11 casos em 2018, saltou para 35 em 2019. Assim como as invasões possessórias, exploração ilegal de recursos e danos ao patrimônio, que aumentaram de 108 casos em 2018 para 256 casos em 2019. Além das ameaças de morte contra indígenas, que saltaram de 8 casos em 2018 para 33 casos em 2019, entre outras categorias. (Politize, online, 2021).

Contrapartida a esse apagamento, o estudo idealizado consiste em investigar histórias, culturas e importância social das comunidades indígenas baianas, criando um mapeamento geográfico via códigos de endereçamento postal das aldeias, com uma introdução histórica, contendo seus dados de maior relevância para cada comunidade na sua área geográfica, com o propósito de deixar não apenas sua localização geográfica promovida pelo software Google Maps, mas também levar conhecimento sobre cada uma dessas aldeias geomapeadas.

Há um pensamento do historiador combatente das causas indígenas, John Monteiro (1999), sobre os desafios e necessidades dos historiadores e entusiastas da história indígena.

(...) o maior desafio que o historiador dos índios enfrenta não é a simples tarefa de preencher um vazio na historiografia, mas, antes, a necessidade de desconstruir as imagens e pressupostos que se tornaram lugar-comum nas representações do passado brasileiro. (Monteiro, 1999, p. 239).

Por isso, o desenvolver esse projeto através da plataforma Google Maps, além de mapear a localização das aldeias indígenas baianas, tem por final, transformar a pesquisa em produto para divulgação em rede, a fim de servir como material de consulta na web e contribuir no combate à falta de informações dessas comunidades indígenas pouco visibilizadas.

1.1.1. OBJETIVOS

1.1.2. Objetivo Geral

Mapear as aldeias indígenas localizadas no estado da Bahia, visibilizando sua localização e apresentando informações sobre aspectos culturais e históricos, através do desenvolvimento de um produto digital com técnicas de geojornalismo.

1.1.3. Objetivos Específicos

- Identificar a localização de territórios indígenas na região da Bahia e inseri-los em um mapa.
- Relatar a história das aldeias indígenas, incluindo suas origens e evolução ao longo do tempo.
- Contribuir para a visibilidade cultural e social das aldeias indígenas da Bahia.
- Desenvolver um site de fácil acesso para hospedar informações relevantes das etnias dos povos originários da Bahia.

1.1.4. JUSTIFICATIVA

1.1.5. Percurso acadêmico

Minha trajetória acadêmica começou em 2019.2, e chega a ser engraçado como fiquei sabendo da aprovação, foi através de uma amiga indígena do curso de Pedagogia que tinha tentando mudar de curso para Jornalismo e viu meu nome, talvez se ela não tivesse pensado em mudar de curso ou ter ido procurar seu nome e ter encontrado o meu, ter a empatia em entrar em contato para avisar se sabia da aprovação, talvez não tivesse alcançado hoje a formação em Jornalismo em Multimeios.

A universidade me ajudou de inúmeras formas, mas nunca irei esquecer de falar sobre o quanto ela me ajudou a entender e valorizar minha história ancestral, e dizer com orgulho que sou indígena da aldeia Tumbalalá, natural do povoado Pedra Branca, em Curaçá – BA.

Sou filho de pais indígenas agricultores, cresci em contato com minha comunidade, mas também enfrentei as dificuldades de deixar o interior para viver na cidade em busca de

novas oportunidades. Essa mudança trouxe muitos desafios, principalmente no processo de me reconhecer e fortalecer minha identidade indígena em um espaço urbano onde, muitas vezes, os povos originários são invisibilizados.

Minha entrada no ensino superior, na Universidade do Estado da Bahia - UNEB em Juazeiro, só foi possível graças à política de cotas, que me abriu caminhos não apenas para a formação acadêmica, mas também para um mergulho mais profundo na história e na cultura do meu povo. Durante minha trajetória universitária, busquei levar a pauta indígena para projetos, atividades e discussões, com o objetivo de contribuir para a valorização e a visibilidade das comunidades indígenas.

A pesquisa e a construção de trabalhos acadêmicos ao longo do curso também tiveram para mim um significado muito especial, foram formas de adquirir conhecimento próprio e, ao mesmo tempo, despertaram em mim um desejo cada vez maior de compreender a história e as lutas do meu povo. Esse caminho me motivou a transformar o aprendizado em algo que pudesse ultrapassar minha vivência pessoal. Por isso, neste TCC nasceu a vontade de desenvolver um produto que não apenas registrasse minhas reflexões, mas que também servisse de apoio para outros estudantes e pessoas interessadas em conhecer e apoiar as pautas indígenas.

Foi assim que escolhi o tema “Terras que Falam: Aldeias Indígenas da Bahia”, como uma forma de reafirmar minha resistência e dedicação em fortalecer a identidade e os direitos dos povos originários. Minha trajetória acadêmica, portanto, se transformou aqui em uma ferramenta de luta, memória e voz coletiva, espero que de alguma forma contribua para a valorização dos povos originários.

1.1.6. Contribuições esperadas

Este trabalho tem como objetivo realizar um geomapeamento e uma análise histórica das aldeias indígenas localizadas no estado da Bahia, que abriga uma rica diversidade cultural e histórica de comunidades sertanejas, negras, indígenas e entre outras. No entanto, durante o processo de pesquisa, não foram encontradas informações precisas no meio acadêmico e virtual, relacionadas à geolocalização dessas aldeias, tornando essa pesquisa crucial no quesito de relevância histórica para a região baiana.

Antes da chegada dos portugueses, em terras brasileiras habitavam um número de mais de 5 milhões de indígenas nativos, com 1200 dialetos diferentes (Museu da Língua

Portuguesa, 2022). Essas comunidades já viviam antes de 1500 e ocupavam muitos espaços antes da chegada dos europeus. Nesse período, os povos indígenas organizavam-se em aldeias nos quatro cantos do território que foi posteriormente colonizado. Tinham suas próprias culturas, religiões, rituais e costumes, sendo que a principal fonte de sobrevivência era provida diretamente da natureza através da caça, pesca, frutas e entre outros. Portanto, para os indígenas, a terra era importante para manter a vida, sobretudo até os dias atuais.

A chegada dos portugueses e o “descobrimento do Brasil” acabou levando os povos originários a ter contato com os portugueses, o que foi prejudicial. Os indígenas foram saqueados, infectados, enganados, violentados, escravizados, tratados de forma desumana, forçados a abdicar de suas terras, culturas, religião, tudo com a benevolência da Europa.

O projeto acredita que os dados gerados pelo geomapeamento podem servir como base sólida para o desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes, considerando as necessidades específicas de cada comunidade indígena. Esse estudo contribui também para o combate às injustiças históricas relacionadas à posse de terras, fornecendo evidências visuais e documentação legal para apoiar as reivindicações territoriais.

Para Dornelles (2008), a produção da invisibilidade dos povos indígenas passa pela construção de dados estatísticos nos espaços dos aldeamentos, com finalidade muito clara de expropriar terras e obter trabalhadores. E foram os próprios indígenas que mostraram, através do acionamento de todos os recursos que possuíam, sua consciência sobre tais processos. O autor pesquisa a produção da invisibilidade indígena e a construção de dados demográficos, à apropriação de terras e apagamento de identidades indígenas tendo como base a província de São Paulo no século XIX. O mapeamento era conduzido com interesse de demarcar para desapropriar, conduzido por interesses fundiários, alterando relatórios oficiais, classificando as comunidades locais em sua maioria como extintas, sem citá-las em documentos, além de miscigenar os habitantes para assim justificar a ocupação dos territórios indígenas. Termos como caboclos, mestiços e incivilizados eram utilizados em relatório para apagar a existência das comunidades indígenas naqueles espaços a fim de favorecer os interesses políticos sobre os locais, fazendo dos mapeamentos registros sobre as reservas naturais e entendendo as comunidades ao trabalho como uma mão de obra barata ou escravizada.

Esses pensamentos retrógrados ainda existem atualmente. Por exemplo, o ex-procurador do Ministério Público do Pará Ricardo Albuquerque, ainda em mandato,

afirmou durante uma palestra para estudantes de direito, em 2019, tentando justificar a escravidão no Brasil:

“Esse problema da escravidão aqui no Brasil foi porque o índio não gosta de trabalhar, até hoje. O índio preferia morrer do que cavar mina, do que plantar para os portugueses. O índio preferia morrer. Foi por causa disso que eles foram buscar pessoas nas tribos na África, para vir substituir a mão de obra do índio no Brasil. Isso tem que ficar claro, ora! – afirmou.”(Globoplay, 2019).

As aldeias indígenas são espaços carregados de história, cultura e identidade. Por muitos anos, essas comunidades foram marginalizadas e suas histórias foram silenciadas. Atualmente, há um movimento de valorização, resgate e preservação da cultura indígena, e é nesse contexto que surge a importância de estudar e compreender as aldeias indígenas em sua totalidade. Paladino e Almeida (2012) descrevem a procura da população indígena por graduações em diversas áreas como uma forma de capacitação para desafios futuros.

A primeira delas se refere à formação de professores em nível superior, o que reflete a preocupação em aperfeiçoar suas práticas docentes, adquirindo instrumentos para conduzir com autonomia as escolas indígenas e ajustando-se às normativas legais que lhes exigem titulação em nível superior. A outra, decorrente das relações entre povos indígena e Estado na atualidade, vincula-se à necessidade de formar quadros dentro do movimento indígena que possam assumir, de forma qualificada, os processos de interlocução e intervenção nas políticas públicas em favor dos direitos e dos interesses indígenas (Paladino e Almeida, 2012, p. 108).

Através do geomapeamento, será possível localizar e identificar as diferentes aldeias indígenas baianas, suas áreas de ocupação e suas características geográficas, isso contribuirá para a visibilidade dessas aldeias e o conhecimento sobre esses espaços, além de auxiliar no planejamento de políticas públicas voltadas para as comunidades indígenas da região.

A aceitação social de que as terras indígenas são direitos originários, ou seja, antecedem a criação do próprio Estado brasileiro, é fundamental para os processos de demarcação, considerando as pressões constantes do grande capital através do agronegócio que amplia os processos de expropriação dos povos indígenas de suas terras (Cardoso, 2018). O Conselho Indigenista Missionário (CIMI), tem um posicionamento que considera o marco temporal inconstitucional, visto que a constituição de 1988 reconhece os direitos dos povos indígenas independente de data específica, garantindo aos povos indígenas o direito a políticas públicas.

A Lei 14.701/2023 representa a maior e principal violência institucional contra os povos indígenas neste momento. Ela instala de forma autoritária a tese do marco temporal como referência para os processos de demarcação e pretende abrir os territórios indígenas aos interesses econômicos de exploração por parte de terceiros, limitando o direito conquistado pelos povos de usufruto exclusivo dos bens naturais dentro de suas terras. Além disso, flexibiliza o direito fundamental dos povos indígenas à consulta prévia, livre e informada e altera substancialmente a forma do procedimento administrativo de demarcação – cuja regulamentação atual, estabelecida pelo Decreto 1775/1996, já teve sua constitucionalidade confirmada pelo STF. Desta forma, inclusive territórios que hoje estão em etapas avançadas do rito administrativo de demarcação, após anos e décadas de luta e de insistência, poderiam retroagir ao início do caminho. (CIMI, 2023, p.14-15).

Pensando nisso, a análise histórica do projeto fornece uma compreensão mais profunda sobre as dinâmicas de ocupação, os processos migratórios, as lutas pelos direitos territoriais e os desafios enfrentados pelas comunidades indígenas ao longo do tempo, será possível conhecer as transformações sociais, políticas e culturais que moldaram o contexto das aldeias indígenas e como elas se adaptaram e resistiram a essas mudanças históricas.

A pesquisa tem como intuito final ser divulgada em um espaço virtual de maneira acessível e colaborativa, possibilitando a utilização dos dados por um público mais amplo, contribuindo para a tomada de decisões a respeito de pautas indígenas, promovendo a conscientização sobre a importância da preservação cultural e territorial dessas comunidades. Tornando suas necessidades mais visíveis a possíveis subsídios e a promoção do respeito na valorização do diálogo intercultural. Também terá relevância acadêmica, preenchendo lacunas de conhecimento sobre as aldeias indígenas da região estudada.

Através deste TCC, espera-se contribuir para a visibilidade dos povos indígenas, tendo em vista que até o momento, não existem plataformas de fácil compreensão para a população com conhecimento básico, onde possam consultar dados que apresentem estudos que abordem essa temática de mapeamento geográfico de terras indígenas baianas, o projeto também tem como intuito trazer relevância social para essas aldeias que em sua maioria não se encontram endereçadas ou vistas em espaços virtuais, a fim também de ampliar o conhecimento sobre essas aldeias indígenas e seu papel na história e na cultura do país.

Em resumo, a escolha de realizar um geomapeamento indígena no território norte um da Bahia é guiada por princípios de justiça, história, preservação cultural e respeito aos direitos humanos, buscando contribuir para uma abordagem mais inclusiva e justa em relação às comunidades indígenas no contexto baiano.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para o desenvolvimento do projeto, usamos referências da legislação brasileira para identificar órgãos competentes para fornecer informações sobre as localizações das aldeias e teóricos do jornalismo interessados nas potencialidades dos mapas e dados estruturados.

A Bahia, primeira região do estado a ser ocupada pela chegada dos portugueses ao Brasil em 1500. A autora Dourado (2013), no artigo “A Formação histórico-geográfica do semiárido brasileiro”, destaca que não se aborda com profundidade as histórias do que se havia antes da chegada dos portugueses.

[...] a História do Semiárido 'passa invisível' nas narrativas dos livros didáticos de História, que por sua vez, visam ser fieis à História Oficial. Portanto, para nessas narrativas oficiais, o Semiárido 'surge' no final do século XVI início do século XVII, com o povoamento das terras dos sertões do Brasil, pela entrada dos bandeirantes seguido o curso do 'Velho Chico', com a ocupação pela pecuária etc. Não há, portanto, uma Pré-História do Semiárido Brasileiro, e não há uma narrativa que apresente outros ícones formadores - o índio, o negro, o vaqueiro, mas apenas o branco europeu, apresentado como o mais importante sujeito histórico. (Dourado,2013, p.14)

Esse movimento não aconteceu somente na Bahia, mas em todos os territórios brasileiros, Rego (2016), traz no artigo “Aldeamentos Indígenas Formados na Bahia e nas Capitanias Vizinhas Durante o Período Colonial”, informações referentes à demografia das populações indígenas da Bahia e a relação delas com as missões franciscanas. Os livros didáticos de história e geografia, que são regularmente regularizados, retratando histórias do Brasil e do mundo, não mostram onde estão as comunidades indígenas, ou no que se sucedeu com os originários após a chegada dos portugueses no Brasil.

Segundo os dados do IBGE (2022), o censo contabilizou 1.227.642 milhões de indígenas no Brasil, dos quais 229.103 estão localizados no estado da Bahia, tornando-se o segundo mais populoso do Brasil, ficando atrás da Amazônia, que contabiliza 490.854 mil indígenas.

A Fundação Nacional dos Povos Indígenas - FUNAI, Criada por meio da Lei n.º 5.371, de 5 de dezembro de 1967, vinculada ao Ministério dos Povo Indígenas é responsável por coordenar e garantir os direitos dos povos originários do Brasil, atuando no controle do meio ambiente das terras indígenas, também fornecendo dados geoespaciais detalhados sobre as aldeias brasileiras no portal Governamental - GOV.BR, e disponibilizando dados como localização de aldeias, terras indígenas em estudo, coordenações técnicas locais, políticas públicas e assuntos relacionados a população originária.

O mapa é uma ferramenta que desempenha um papel fundamental para a percepção do mundo. (Reis et al., 2020), dizem que os mapas nos revelam fatos, nos apresentam situações e expõem dados de forma organizada. A criação do mapeamento permitiu identificar lugares, planejar e organizar deslocamentos, além de auxiliar na organização de áreas, participando na construção de políticas públicas como saúde, educação, urbanismo e logística. Trazendo uma visão mais ampla e explicativa voltada a uma interpretação de dados territoriais, tornando-se um recurso valioso para pesquisas, transformando dados em realidades.

A comunicóloga Liana Rocha (2015), destaca em seu artigo, o mapeamento no jornalismo, como uma ferramenta que pode ser usada para o avanço no campo do Jornalismo, o mapeamento pode ser compreendido como um método eficaz para estruturar as informações, permitindo a divulgação de dados dentro de um contexto que pode variar em amplitude, de acordo com as demandas dos profissionais, do meio de comunicação e da massa consumidora.

O Geojornalismo pode ser, portanto, considerado um modelo do sistema pós-industrial de Jornalismo na medida em que apresenta relevante quantidade e qualidade de dados, faz uso da tecnologia para elaborar narrativas e formatos diferenciados, amplia as possibilidades de trabalho para o jornalista (veículos independentes/alternativos) e permite a convergência entre áreas até então pouco prováveis. (Rocha, 2015, p.14).

Um exemplo de jornalismo é o veículo de comunicação jornalística, ¹InfoAmazonia, uma organização sem fins lucrativos sediada no Brasil, desenvolveu uma plataforma na web com intuito de informar a população sobre os acontecimentos e a importância da Amazônia, utilizando dados, mapas e histórias, para relatar informações geolocalizada sobre a região amazônica, abordando questões socioambientais de forma abrangente e inovadora, de maneira colaborativa com veículos de comunicação e profissionais jornalistas locais e internacionais, no intuito de maior compreensão e aprofundamento sobre a região.

No atual modelo capitalista de urbanização da Amazônia, as populações, muitas vezes migrantes, ocupam lugares determinados em função das estruturas de produção industrial e agropecuária, que tem base na matéria-prima oriunda da fauna, da flora e dos recursos minerais e hídricos da "região amazônica" (BECKER. 2004, p. 14). No entanto, o significado da "Amazônia" é uma concepção que mudou no Jornalismo especificamente, a partir das ações do primeiro portal de "geojornalismo" (ROCHA.2015; FLÓRES. 2017; SUBIRES-MANCERA. 2018): um modelo jornalístico inovador. (Caldas, 2020. p. 1).

^{1 1} Os dados informados sobre a plataforma InfoAmazonia podem ser visualizados através do site: <https://infoamazonia.org/>

O projeto das Aldeias Indígenas da Bahia se relaciona ao conceito de Lemos sobre mídias locativas, um método de comunicação que usa tecnologias digitais, relacionando informação a espaços geográficos baseados na localização. “Podemos dizer que uma placa informando que um determinado lugar é uma pizzaria, um hotel ou uma loja de departamentos pode ser considerada uma mídia locativa. Ela contém informação agregada a uma localidade”. (Lemos, 2008, p. 2). O projeto que localiza aldeias indígenas também endereça as áreas, transformando-as em espaços informacionais. Esse método não só facilita a visualização das aldeias, mas inseri-las em comunidades digitais, ajudando no processo de reconhecimento e visibilidade geral.

O mapeamento das aldeias indígenas deve ser intrinsecamente ligado ao respeito pela autonomia e visão de mundo das comunidades. Cardoso (2018), em “Povos indígenas e o direito à terra na realidade brasileira”, destaca a importância de uma abordagem ética, respeitando os direitos dos povos indígenas sobre seus dados e territorialidade. Durante o processo de pesquisa, foi levado em conta, todos os dados considerados relevantes, do ponto de vista ético, óbitos durante o processo de investigação sobre as histórias e localizações dos territórios indígenas, no qual muitos desses dados partiram da investigação direta na web buscando assuntos relacionados ao nome da etnia e sua localidade, ofícios institucionais e associações indigenista foram um dos métodos adotadas durante o processo, às contas de redes sociais pessoais de indígenas e das comunidades, também foram fontes de estudo, trazendo relatos de vivências nos territórios indígenas.

Esse foi o método utilizado com os indígenas da etnia Kariri do município de Rio de Contas–BA, onde foi possível entrar em contato para a confirmação sobre o endereço da comunidade, atualmente localizada em área urbana na rua Marcolino Moura, conhecida como Rua da Panelada, fazendo referência a comunidade indígena Kariri da Panelada. Esse processo tem como finalidade obter maior clareza e respeito para não haver dúvidas sobre suas localizações, histórias e pertencimento étnico.

O artigo de Silva e Sato (2008), Território e identidade: mapeamento dos grupos sociais do estado de Mato Grosso - Brasil, proporciona percepções sobre identidades culturais e sociais. trazendo a diversidade étnica, cultural e social, mostrando uma abordagem sensível, reconhecendo a multiplicidade de identidades que coexistem na região. Nesse mesmo viés, observou-se durante o processo de investigação de dados sobras as aldeias, o pertencimento de mais de uma etnia em territórios ou comunidades indígenas, um exemplo disso são os povos indígenas do município de Rodelas–BA que em sua maioria são totalizados como indígenas da etnia Atikum, no entanto, a comunidade indígena localizada em Surubabel,

município de Rodelas, também habitam junto aos povos Atikum, povos indígenas da etnia Kambiwá.

Estudos sociológicos contemporâneos convidam a repensar os grupos sociais validados pelas suas autodenominações, ou seja, são as pessoas que se definem e se aproximam as identidades dos grupos sociais específicos. Assim, consideramos os conceitos de grupos sociais, desde que sejam conceitos mais inclusivos e abrangentes no espectro étnico das identidades construídas (Silva e Sato, 2008, p.262).

Também foi importante para o desenvolvimento deste projeto as perspectivas de Dezidério et al. (2021), no trabalho Mapeamento Participativo e Cartografia Social: aspectos conceituais e trajetórias de pesquisa, onde discute-se cartografia e mapeamento participativo relevante, destacando a importância de envolver os próprios membros dos grupos sociais no processo de representação espacial. Essa abordagem não apenas fornece dados mais precisos sobre o assunto, mas também empoderar as comunidades na construção de suas narrativas territoriais.

O Instagram, por exemplo, é uma grande fonte de pesquisa, visto que nos dados divulgados por redes sociais, em sua maioria, destacam registros de vivências e acontecimento reais, no caso das contas criadas em mídia social por comunidades indígenas, divulgam suas vivências, histórias e acontecimentos sobre a comunidade, a conta T.I Tumbalalá no Instagram se classifica como um blog, divulgando avisos e acontecimentos sobre a população indígena Tumbalalá, esses formatos de páginas tem total relevância para a construção histórica da existência daquela etnia e território.

Nesse sentido, redes sociais como o Instagram configuram-se como espaços de mediação da memória social, onde experiências individuais e referências coletivas se entrelaçam, possibilitando a construção de narrativas compartilhadas que circulam e contribuem para a construção simbólica do social. A difusão, por sua vez, contribui para a circulação dessas lembranças, fortalecendo a memória social ao potencializar o alcance das narrativas institucionais. (Nazaré et al., 2025, p. 7).

Além do mapeamento, o projeto busca organizar informações demográficas sobre cada aldeia. Refletindo sobre o método de visualizar dados, o jornalista Paul Bradshaw da Birmingham City University, relata o jornalismo de dados como um meio de contar histórias complexas por meio de infográficos.

O jornalismo de dados pode ajudar um jornalista a contar uma história complexa por meio de infográficos envolventes. As palestras espetaculares de Hans Rosling sobre

a visualização da pobreza mundial com a Gapminder , por exemplo, atraíram milhões de visualizações em todo o mundo.(...), Os dados podem ser a fonte do jornalismo de dados, ou podem ser a ferramenta com a qual a história é contada — ou podem ser ambos. Como qualquer fonte, devem ser tratados com ceticismo; e, como qualquer ferramenta, devemos estar cientes de como eles podem moldar e restringir as histórias que são criadas com eles.(Bradshaw, 2021)

Essas referências teóricas estabelecem as bases para a abordagem de questões específicas relacionadas ao mapeamento das aldeias indígenas no estado da Bahia, incluindo aspectos técnicos, éticos e culturais.

3. ETAPAS DE PRODUÇÃO

Está é uma produção de pesquisa de natureza quali-quantitativa, exploratória e descritiva, visto que informações valiosas vêm dos relatos pessoais das vivências das fontes, tornando a depender do contexto, ponto crucial na ligação de informações e validação dos dados, durante o processo de busca e comparação de informações. Segundo a pesquisadora Minayo (2002), o formato qualitativo preocupa-se com a compreensão e a verdade da realidade dos grupos sociais estudados.

[...] a história de vida tem tudo para ser um ponto inicial privilegiado porque permite ao informante retomar sua vivência de forma retrospectiva, com uma exaustiva interpretação. Nela geralmente acontece a liberação de um pensamento crítico reprimido e que muitas vezes nos chega em tom de confiança. É um olhar cuidadoso sobre a própria vivência ou sobre determinado fato. Esse relato fornece um material extremamente rico para análises do vivido. Nele podemos encontrar o reflexo da dimensão coletiva a partir da visão individual. (Minayo, 2002, p. 59)

A metodologia empregada também é de cunho quantitativo, com base nos estudos de dados, onde foram realizadas comparações de dados referentes às localizações das aldeias, buscando garantir a precisão e a relevância dos dados coletados. Segundo Gil (2006), as pesquisas quantitativas consideram que tudo pode ser contado, onde as informações possam ser geradas a partir de números informativos que podem ser classificados e analisados.

Através dessas metodologias, tornou-se possível coletar dados relevantes sobre a localização de 81 territórios indígenas e construir um desenvolvimento histórico das 30 etnias indígenas localizadas na Bahia, de forma compreensível e verídica. Como método principal, foi utilizado o geojornalismo, que se baseia utilizando dados geográficos para investigar informações sobre temáticas de relevância espacial. Segundo Doc Searls, em 2001, com o termo jornalismo pós-industrial, propõem que o jornalismo explore novos métodos possibilitados pelas mídias digitais.

(...) Também mostramos que novas possibilidades para o jornalismo exigem novas formas de organização. Até aqui, a tendência de veículos de comunicação tradicionais foi a de preservar tanto métodos de trabalho como hierarquias, mesmo com o colapso de velhos modelos de negócios e a incomparabilidade de novas oportunidades com velhos padrões. (Observatório da Imprensa, 2013).

A construção desse produto fornece uma nova forma de organizar e transmitir dados históricos e socioculturais dessas comunidades indígena, realocando-as em um mapa

interativo direcionado posteriormente para o site “Aldeias indígenas da Bahia - AIB”, composto por informações relacionadas a cada aldeia localizada. Na visão de Lage (2001a, p. 85), Rocha diz que esse formato de comunicação pode ser compreendido como “a capacidade de um texto relativamente complexo ser compreendido por um máximo de receptores diversos, com repertórios diferentes”. (Rocha, 2015, p.6)

Com a evolução da tecnologia, o segmento entra na fase pós-industrial. O jornalismo que antes era organizado de acordo com as regras de produção semelhantes às fábricas manufatureiras, agora se vê diante do desafio de adotar novos processos de trabalho e de produção da notícia apoiados, sobretudo, nas mídias digitais. Entre os modelos surgidos nessa fase, destaca-se o Geojornalismo, uma vertente do Jornalismo de Dados, produzido a partir de ferramentas e informações ligadas à geolocalização, imagens de satélite, dados geográficos e mapas digitais. (...) é possível afirmar que o Geojornalismo apresenta-se como importante modelo a ser desenvolvido, visto que o mapeamento pode ser encarado como uma forma eficiente de organizar o conteúdo amparado principalmente no uso das novas tecnologias. (Rocha, 2015, p.1 e 2).

Este trabalho utiliza a tecnologia como um novo formato de exibir informação. Seguindo o método de Hunter (2011), grande parte desse trabalho foi atuando com métodos de jornalismo investigativo, seguindo traços de informação, comparando documentos oficiais e registros de fontes.

Através do mapeamento de questões: onde exatamente ficam localizadas as aldeias, quais são os documentos que fazem essa comprovação e na falta deles, localizar via motores de busca, principalmente o Google, o Facebook e o Instagram, documentos, registros, notícias que possam localizar cada aldeia, além de contatos com participantes do movimento indígena.

O jornalismo investigativo envolve expor ao público questões que estão ocultas – seja deliberadamente por alguém em uma posição de poder, ou acidentalmente, por trás de uma massa desconexa de fatos e circunstâncias que obscurecem o entendimento. Ele requer o uso tanto de fontes e documentos secretos quanto divulgados. (Hunter, 2011, p.8).

3.1. Primeira versão

A primeira versão do produto foi desenvolvida no ano de 2022, para a disciplina de Jornalismo Online, ministrada pelo professor Cecilio Bastos, condensada com a disciplina de Realidade Latino-americana, ministrada pela professora Dalila Santos, que tinha como foco desenvolver um trabalho que utilizasse umas das técnicas ensinadas na disciplina de jornalismo online com uma temática voltada para a realidade brasileira.

A ideia para as disciplinas consistia em desenvolver um geomapeamento das aldeias indígenas próximas às hidrelétricas do Rio São Francisco e seus impactos socioambientais

voltados para as comunidades mapeadas. Para desenvolver o geomapeamento foi utilizado o software Google Colab, uma das técnicas ensinadas em sala de aula, operando a linguagem Python, onde para localizar as aldeias e usinas hidrelétricas, era necessário um código de endereçamento postal gerado no espaço desejado para conseguir localizar as mesmas.

O Google Colaboratory ou Google Colab, como é popularmente conhecido, é uma plataforma gratuita oferecida pelo Google. Ela fornece um ambiente de notebook Jupyter hospedado na nuvem que permite escrever e executar código Python. Além disso, dá para visualizar os resultados diretamente no navegador, sem a necessidade de configuração ou instalação local de software. (Hostgator. 2024).

Figura 1 Recorte visual executando o código em Python para gerar e visualizar o mapa.



```
+ Código + Texto
[ ]
folium.Marker(
    [-10.6299, -38.59843],
    popup='Kiriri Banzaê, BA',
    tooltip='ALDEIA',
    icon=folium.Icon(color='lightred', icon='home', prefix='fa')
).add_to(mapa)

folium.Marker(
    [-14.94263, -44.07666],
    popup='Xakriabá Rancharia, MG',
    tooltip='ALDEIA',
    icon=folium.Icon(color='darkblue', icon='home', prefix='fa')
).add_to(mapa)

folium.Marker(
    [-16.33214, -39.0743],
    popup='ALDEIA PATAXÓ AROEIRA, BA',
    tooltip='ALDEIA',
    icon=folium.Icon(color='lightred', icon='home', prefix='fa')
).add_to(mapa)

mapa
```

Fonte: Elaborado pelo autor

Entretanto, durante o processo de pesquisa das aldeias, foi notável a falta de dados sobre alguns territórios indígenas, como localização precisa, dados voltados à população, espaço geográfico, processo histórico sobre sua origem, e falta de informação a respeito da existência de comunidades citada superficialmente em outras histórias, além da veracidade das imagens que retratavam algumas comunidades indígenas.

A Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), fornece dados de geoprocessamento e mapas, utilizando GeoServer, um software livre que permite o desenvolvimento de soluções de Webmapping (Mapeamento da Web), integrando diversos repositórios de dados geográficos, porém, a última atualização de dados geográficos no site é de junho de 2024, e não possui de forma clara e precisa o código de endereçamento postal, responsáveis por identificar endereços ou outro meio de localização específica das respectivas aldeias localizadas no território brasileiro, vale ressaltar, a possível dificuldade na

compreensão da interface da página, para a população pesquisadora do assunto, a uma dificuldade no acesso da página de geomapeamento que impossibilita a visualização dos dados fornecidos pelo software Geoserve.

Foram utilizados como fontes para esse projeto a Fundação Nacional dos Povos Indígenas - FUNAI, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, artigos acadêmicos e sites indígenas, como Povos Indígenas do Brasil, Associação Nacional de Ação Indigenistas- ANAÍ e Instituto Socioambiental – ISA.

Apesar dos empecilhos, a pesquisa resultou no mapeamento de seis hidrelétricas: Sobradinho, Apolônio Sales, Paulo Afonso (I, II, III), Paulo Afonso IV, Xingó e a usina Luiz Gonzaga. Já as etnias indígenas próximas no qual sofriam algum impacto das Usinas na Bahia, foram Atikum, Tumbalalá, Tuxá, Pankaru, Kiriri Banzaê, Pankararé e Pataxó Aroeira; no estado de Sergipe os Xocó; em Minas Gerais os Xakriabá, em Pernambuco os Caxingó, Fulni-ô, Truká, Pankará, Pankararu, Pankaiuká, Pipipã, Kambiwá e Xukuru; e no estado de Alagoas os Aconã, Tingui Botó, Karapotó, Kariri-Xocó, Katokinn, Koiupanká, karuazu, kalankó e Xucuru – Cariri.

Figura 2 Recorte visual da primeira versão do mapeamento das Aldeias no Google Colab,



Fonte: Elaborado pelo autor

Durante o momento de apresentação da primeira versão do produto, foi identificada a dificuldade de pesquisar dados e a falta de um espaço onde houvesse informações relacionadas às populações indígenas, visto que a maioria dos dados na web estão voltados para a população indígena da Amazônia, sem recortes para cada estado do Brasil, onde

houvesse de maneira clara e explicativa um guia para consultar informações relacionadas às etnias indígenas de cada região.

E foi então que surgiu a ideia de criar um produto geojornalístico das aldeias indígenas da Bahia, tornando o tema do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC. Tendo como base um mapa interativo que além de mostrar a localização das aldeias indígenas, fornece dados relacionados às etnias mapeadas, com interface simples e de fácil consulta.

3.2. Levantamento e organização das aldeias

Inicialmente, a delimitação territorial sugerida para o mapeamento das aldeias indígenas se concentrava no Vale do São Francisco, território marcado por uma diversidade de grupos culturais e sociais, variando de região para região, em sua maioria historicamente invisibilizados. No entanto, durante a pesquisa do trabalho e diante da necessidade de ampliar a medida em que novos dados apareciam, optou-se por redirecionar o foco para o norte da Bahia, que já era uma área conhecida por concentrar importantes territórios indígenas, onde logo após, com base nos dados do IBGE e de instituições como a FUNAI e pesquisas acadêmicas, no qual evidenciam o estado da Bahia como o segundo estado com o maior número de populações indígenas, ficando atrás apenas da região amazônica. Esse dado foi primordial para justificar a ampliação final do escopo do projeto para todo o território baiano.

De acordo com os dados do Censo 2022, o número de pessoas que se autodeclararam indígenas quase quadruplicou na Bahia, em comparação ao último Censo, fazendo com que o estado passe a contabilizar a segunda maior população indígena do país, com um total de 229.103 pessoas. O Censo de 2010 havia contabilizado 60.120 indígenas no estado, o que corresponde a um aumento de 168.983 pessoas se declarando ou se considerando indígenas em 12 anos. (BA.GOV.BR, 2023).

Essa mudança não apenas enriqueceu a pesquisa, mas permite uma visão mais abrangente da presença indígena no estado baiano, como também reforça a intenção do trabalho em contribuir para visibilizar a pluralidade e a distribuição territorial dos povos originários, confirmando suas existências nas regiões, urbanas e rurais.

3.3. Investigação e Coleta de Dados

A primeira etapa na construção do mapa das aldeias indígenas na Bahia, foi consultar os órgãos representante das etnias originárias Brasileiras, a Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI, responsável por cuidar, proteger e defender as comunidades indígenas brasileiras. A mesma também orienta e fornece dados relacionados a políticas públicas indigenista e proteção aos direitos das comunidades originárias, disponibilizado em site para consulta pública no portal Governamental – GOV. No entanto, as abas “Povos Indígenas” e “Terras Indígenas” dispõem de tópicos para pesquisa como proteção territorial; demarcação; ingresso em terra indígena; declaração de reconhecimento de limites. As abas Dados Geoespaciais e Mapas que teriam relevância para a construção do produto, não continham os dados aprofundados necessários relacionados a histórias indígenas e surgimento das comunidades, também não foi encontrado códigos de endereçamento postal ou outros meios para localizar as aldeias indígenas baianas com precisão.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), considerado a principal instituição responsável pela construção e divulgação de dados estatísticos geográficos do Brasil. O site do órgão possui dados relevantes sobre a população indígena, mas também não foi possível encontrar dados relacionados à localização exata das aldeias ou que exibisse de forma clara no portal, um espaço reservado para geolocalização de comunidades indígenas por estado.

Durante a busca por referências acadêmicas relacionadas com a temática de geojornalismo e mapeamento de aldeias indígenas da Bahia, percebeu-se uma carência de trabalhos que abordem essa temática, principalmente que contemplem os mesmos objetivos deste trabalho realizado. Muito embora existam pesquisas que abordam o tema dos povos indígenas em cenários regionais, o número de trabalhos que utilizam geojornalismo como metodologia ainda é reduzido.

Entretanto, nota-se que a trabalhos de cartografia social, historização e comunicação digital, relacionadas a outros estados e comunidades específicas indígenas. Esses estudos demonstram um crescimento na existência da união de diferentes formatos, como história, território e jornalismo de dados, contribuindo positivamente no crescimento de populações pouco visibilizadas.

Além das fontes oficiais como Funai e IBGE, foram utilizados como fonte de dados e inspiração na construção do produto final. Plataformas especializadas no âmbito de jornalismo de dados e georreferenciamento dirigidos para questões socioambientais e

indigenistas. Dentre elas destacaram-se a plataforma InfoAmazonia; o Instituto Socioambiental - ISA e a Associação Nacional de Ação Indigenistas, a qual obtive resposta por email, sobre a veracidade e frequência de atualização dos dados que a mesma disponibiliza, tornando-se um dos meios de checagem de dados coletados.

Também foram utilizados como fonte de pesquisa e principalmente como validação de dados, as plataformas de interação social Instagram e Facebook, visto que algumas comunidades indígenas têm perfis nas redes sociais e divulgam informações sobre sua existência como costumes, histórias e localização. Durante esse processo de pesquisa notou-se que municípios do estado da Bahia, também divulgam informações relacionadas a comunidades indígenas que habitam o território local. Após essa nova descoberta de conseguir dados foi observado também alguns sites dos municípios do estado da Bahia, onde foi possível encontrar nas histórias das cidades comunidades indígenas que habitavam a região, seguindo esse viés foi coletado dados indigenistas através de ofícios municipais e entre outros documentos. Para algumas comunidades foi necessário entrar em contato com moradores e lideranças de comunidades, de forma online, visto a necessidade de validar as informações investigadas.

Por meio dessas fontes, foi possível coletar nomes das etnias, histórias sociocultural, localização, municípios, idioma falado, número de habitantes, área reservada e situação administrativa de reconhecimento essas informações foram necessárias referente ao conteúdo de estruturação do mapa interativo, etapa central para a proposta de geojornalismo deste produto.

3.4. Criação do Mapa Digital Interativo

Para criação do mapa interativo foram pesquisados possíveis software relacionados a mapeamento Map Box, Google Earth Studio, Google Maps e Openstreetmap. Após algumas testagens e observações, visando a praticidade e acessibilidade no consumo dos dados sobre as aldeias indígenas, foi escolhido o software de análise geográfica, o Google Maps, para criar o mapa foi necessário um cadastro na conta Google para ter acesso, possibilitando ter uso das ferramentas na qual é possível destacar e criar rotas, além de desenvolver pontos de identificação, através do código de endereçamento postal. O software também disponibiliza um espaço para dados sobre o local, podendo gerar comentários de visitantes sobre o espaço, e compartilhar link de acesso ao mapa criado.

O Google Maps é uma ferramenta de GPS com aplicativo disponível para Android e iPhone (iOS), mas que também pode ser acessada no computador ou em outros dispositivos conectados à internet. Por meio dos mapas do Google, usuários podem conferir e encontrar locais e estabelecimentos, visualizar rotas, estimar tempo de viagem e distância entre dois pontos (Tectudo, 2024).

A construção do mapa digital foi uma das principais etapas deste projeto, realizada pela plataforma Google Maps, que possibilitou o uso de ícones marcadores georreferenciados, incorporação de dados descritivos e personalização estética. Esta ferramenta possibilitou concentrar em no mesmo espaço, a localização, dados específicos e direcionamento para mais informação sobre a etnia da aldeia indígena mapeada.

No total, foram 81 territórios indígenas, entre eles, comunidades indígenas em área urbana e rural, reservas e terras sobre averiguação, distribuídas pela região do estado da Bahia, pertencentes a 30 etnias diferentes. Para melhor visualização na identificação dos pertencimentos das comunidades, foi escolhido cores distintas para cada etnia mapeada, contendo em cada ícone marcador a etnia da população indígena e o nome da área ocupada pela comunidade.

Figura 3 Visão geral do mapa com as localizações



Fonte: Elaborada pelo autor

3.5. Modo de Operação do Mapa

O funcionamento do mapa é simples, ao clicar no ícone marcador da localização, ativa ao lado esquerdo uma tela exibindo dados específicos sobre o espaço localizado pelo

marcador. Os dados exibidos são referentes ao território no qual o ícone marcador está localizado, podendo conter nome da aldeia, etnia do povo local, fase administrativa e habitantes, os formatos podem mudar de acordo com cada região localizada.

Figura 4 Visualização de dados referente ao território localizado



Fonte: Elaborada pelo autor

Também é possível visualizar uma lista das aldeias, clicando no ícone branco ao lado da logo, no qual mostra todos os territórios indígenas mapeados separados por cor para identificar suas etnias. Clicando no nome dos territórios das etnias é direcionado logo em seguida para a localização do território no mapa.

Figura 5 Visualização referente a lista dos territórios mapeados



Fonte: Elaborada pelo autor

No final da tela que exibe os dados, existe um link que direciona para o site AIB – Aldeias indígenas da Bahia. Nesse espaço de extensão do mapeamento, o usuário pode acessar novas informações a respeito da etnia localizada no mapa, notícias sobre o território e estudos acadêmicos relacionados à etnia.

Assim, o mapa cumpre seu intuito de ser uma janela de conhecimento para as aldeias indígenas baianas, funcionando como um instrumento de visualização territorial e divulgação de informação a fim de valorizar as comunidades invisibilizadas, conectando os usuários a suas realidades representadas.

3.6. Desenvolvimento do site

A criação do site é um dos pontos essenciais para o desenvolvimento do produto, funcionando também como uma extensão do mapa, bem como o mapeamento uma extensão do site, visto isso, a plataforma escolhida para hospedar o mapeamento das aldeias indígenas foi o Google site, ambas são oferecidas de forma parcialmente gratuita pelo o Google e oferece a possibilidade de incorporar o mapa no site e todo os dados coletados durante a pesquisa. O processo de elaboração desse material foi aprimorado com o auxílio de inteligência artificial para criação de cores, tipografias e desenvolvimentos de símbolos, todos aperfeiçoados aos objetivos do projeto, mantendo um tom ético e moderado, alinhados a naturalidade e valorização dos povos indígenas no estado da Bahia

O site se chama AIB - Aldeia indígenas da Bahia e tem como objetivo tornar acessível os dados referentes à história e localização das aldeias indígena do território baiano, garantindo uma navegação informativa clara, interativa e compreensível. Link: <https://sites.google.com/view/aldeiasindgenasdabahia/in%C3%ADcio>

3.7. Identidade Visual

A identidade visual do site Aldeia Indígenas da Bahia foi cuidadosamente construída de forma ética, pensando na valorização dos povos indígenas, trazendo aspectos visuais que valorizam a cultura originária. Toda a aparência geral e diagramação do site, segue uma proposta intuitiva e acessível, facilitando a navegação na plataforma.

Cores: A escolha das cores vermelho, verde, preto e tons terrosos foram escolhidas a partir da base dos elementos culturais das etnias. O vermelho que vem do urucum remete a força e resistência dos povos indígenas; o verde representa a ligação com a natureza; o preto do jenipapo utilizados nas pinturas corporais e os tons terrosos vem do vínculo com a terra e seus territórios. Esses recursos visuais tornam o espaço harmônico, atrativo e compreensivo sobre os assuntos apresentados na plataforma.

Tipografia: A tipografia Oswald, foi escolhida para garantir boa legibilidade, com traços que se comunicam com o projeto, transmitindo uma impressão clara e moderna. Também foi utilizado o software Google Fonts para identificar qual tipografia entregaria uma visibilidade com maior compreensão na leitura dos dados, a fim de garantir uma melhor compreensão dos visitantes do site.

Localizações: Um dos pontos relevantes na construção visual está no mapa, os ícones marcadores de localização no mapa, estão com cores diferentes, cada cor representa uma etnia diferente, permitindo uma melhor visualização sobre as etnias em cada região da bahia. também estão identificados alguns marcadores com mais de uma cor, representando os territórios que habitam mais de uma etnia naquela área. Este formato torna o mapa visualmente atrativo e de fácil compreensão sobre a diversidade de etnias indígenas no estado da Bahia.

Logotipo: A logo do projeto foi desenvolvida na plataforma Canva, ferramenta de design gráfico, que possibilita o uso de alguns recursos de forma gratuita. A identidade da marca foi criada para fazer sentido a temática do projeto pesquisado, as siglas AIB (Aldeias

Indígenas da Bahia) faz referência aos principais pontos que compõem esse projeto; o mapa da Bahia em cinza escuro remetendo ao estudo ser sobre o espaço geográfico da Bahia, o verde vivo ao fundo do mapa, destacando a região, representa a natureza, considerado o principal elemento para a vida indígena; os ícones marcadores de localização com diferentes cores simboliza as diferentes etnias no estado; os pontos ligando um marcador ao outro, representa a união histórica entre elas; as letras em caixa alta e grandes, remetem a resistência e força e o símbolo vermelho na letra “I” representando os adornos, cocares e elementos usados por indígenas. Esta criação de modo geral possibilita identificar de forma indireta, alguns dos objetivos do projeto na logo, que é localizar, identificar e valorizar as aldeias indígenas da Bahia.

Figura 6 Marca do projeto



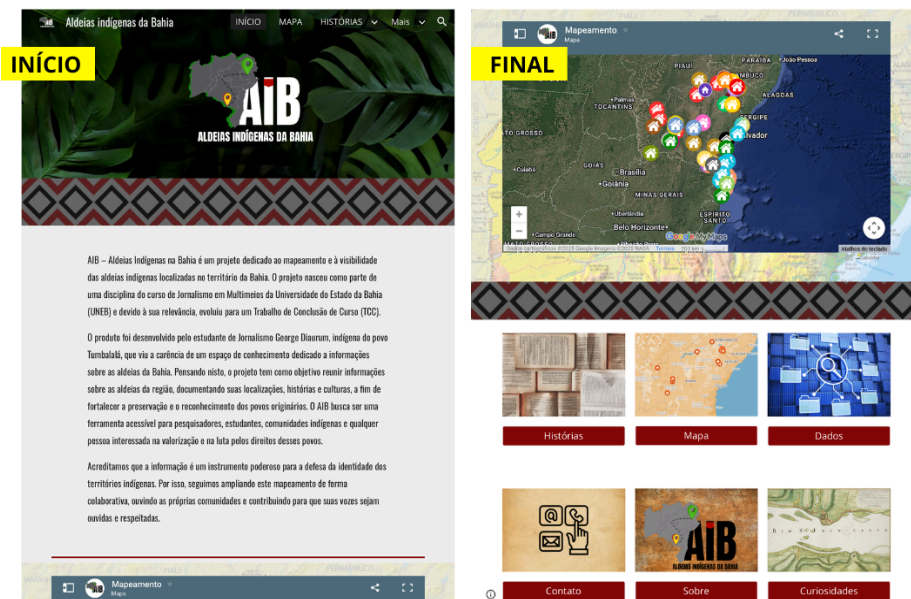
Fonte: Elaborada pelo autor

3.8. Seções do site

A organização do site foi dividida em seis abas principais, cada uma com funções individuais, garantindo um melhor entendimento, alinhado com os princípios do geojornalismo e a comunicação participativa digital.

Página Inicial: tem como principal função apresentar o projeto e trazer uma visão geral de todas as informações que disponibiliza no site. Além de avaliação clara com botões que são responsáveis por entrar em outras áreas de pesquisa, com linguagem pensada para ser acessível e intuitiva, tanto para o público acadêmico, quanto para os interessados no assunto.

Figura 7 Página Inicial do site



Fonte: Elaborada pelo autor

Mapa: essa seção está incorporada ao mapa produzido pelo Google Maps, com a localização dos 81 territórios indígenas pertencentes às 30 etnias localizadas. A página também traz ilustrações explicativas sobre como funciona a interação com o mapa.

Figura 8 Página mapa do site



Fonte: Elaborada pelo autor

Histórias: essa seção apresenta informações a respeito das histórias sobre cada etnia indígena baiana localizada no mapa, dentro da página “Histórias” existem outras subpastas onde cada uma contém informações sobre uma etnia indígena. Vale ressaltar a variação de tamanhos dos textos, visto que cada história passou por um processo de investigação e confirmação de dados. Histórias como a do povo Kamakã, que ao longa das pesquisas foi descoberto em documentos, três variações de nomes: Camacã, Kamakã e Camacã; outra etnia com variação de nomes são os Imborés, que tem descendência dos Botocudos, uma das primeiras etnias indígenas citadas nos livros de histórias. Para construir uma linha histórica, foi necessário juntar dados dos Bodocudos, Aimorés, Aimberês, Aimborés e atualmente mais conhecido como Imborés, para ligar pontos e desenvolver suas histórias. Essas histórias variam de tamanhos e grau de dificuldade, mas é possível observar ligações nas histórias de diferentes etnias, ambas fazendo participações na história de outras etnias.

Figura 9 Página povos indígenas (visão geral dos acessos para as histórias das etnias)



Fonte: Elaborada pelo autor

Figura 10 Página povos indígenas (acesso a história da etnia)

The screenshot shows a website interface for 'Aldeias indígenas da Bahia'. The main header includes 'INÍCIO', 'MAPA', 'HISTÓRIAS', and 'Mais'. The central focus is on the 'TUMBALALÁ' indigenous group, presented with a large title over a background of green leaves. Below this, an infographic provides key data points:

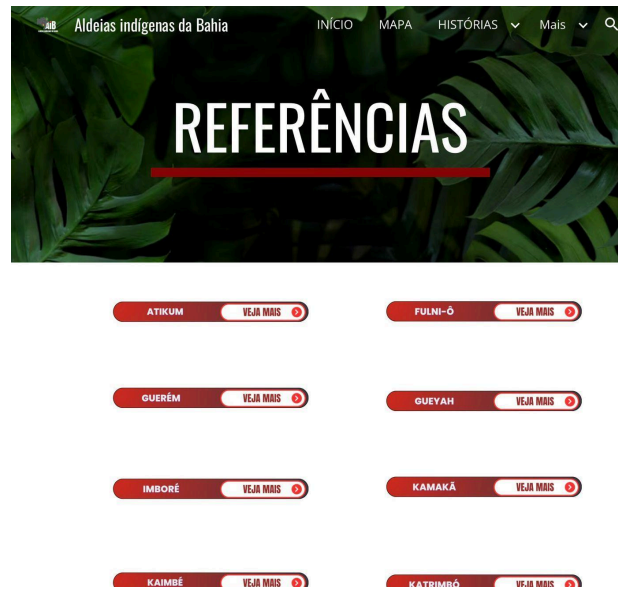
- POPULAÇÃO:** Povos: Tumbalalá; Habitantes: 1868 indígenas
- LOCALIZAÇÃO:** Área: 44.978,0 hectares; Localizações: Disponíveis no mapa
- FONTE:** FUNAI / SESSAI / ANAI
- REGIÃO:** Terra Indígena: Tumbalalá; Município: Abaré-BA, Curaçá-BA
- DOCUMENTO:** Modalidade: Tradicionalmente ocupada; Fase Administrativa: Delimitada

Below the infographic, a section titled 'LOCALIZAÇÃO' contains the following text: 'Os Tumbalalá vivem em uma região de importância histórica no norte da Bahia, situada entre os municípios de Curaçá e Abaré, na divisa com Pernambuco, às margens do rio São Francisco. O local é conhecido por' followed by a landscape photograph of a river valley.

Fonte: Elaborada pelo autor

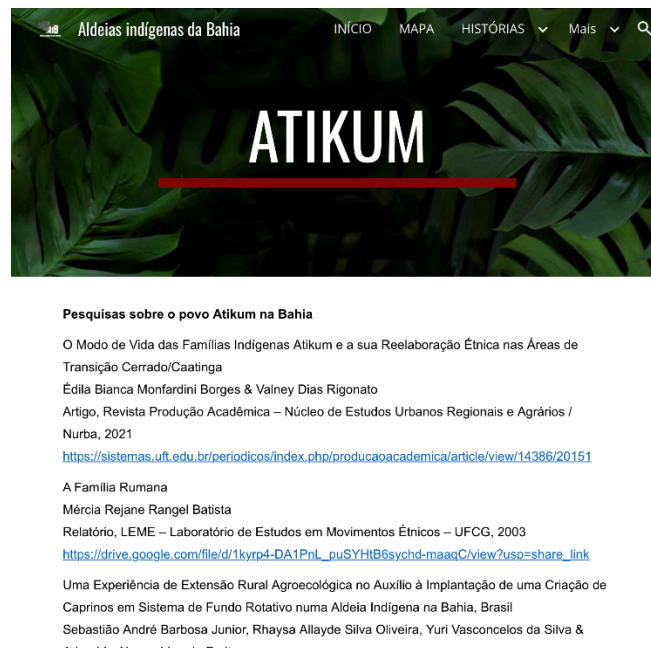
Referências: nesta página foram organizados links de pesquisas utilizadas na construção de dados do produto, assim como na página da história, existem subpastas onde cada uma contém informações relacionadas a trabalhos acadêmicos, notícias, ofícios e outros documentos, todos referentes a etnia da subpasta.

Figura 11 Página referências (visão geral de acessos para os dados das etnias)



Fonte: Elaborada pelo autor

Figura 12 Página dados (acesso a dados da etnia)



Fonte: Elaborada pelo autor

Contatos: a seção é dedicada aos visitantes que desejam entrar em contato com a equipe administradora do site, disponibilizados número telefônico e email, essa seção é relevante por garantir se tornar um meio de interação e feedback do usuários, podem solicitar correções a respeito dos dados disponibilizados no site ou parcerias relacionadas a iniciativas indígenas, tornando o projeto colaborativo e atualizado.

Figura 13 Página contato



Fonte: Elaborada pelo autor

Sobre: a seção apresenta informações relacionadas ao surgimento e objetivos do projeto. Mostrando os objetivos, princípios éticos e respeito pelas comunidades indígenas.

Figura 14 Página sobre (descrição do projeto)



Fonte: Elaborada pelo autor

Curiosidades: essa seção foi criada como um espaço livre para adicionar informações relacionadas à pauta indígena, como significados de pinturas corporais, nome de adereços indígenas, fotografias e entre outros, visando promover o conhecimento sobre a cultura indígena.

Figura 15 Página curiosidades (espaço com diferentes informações sobre indígenas)



Fonte: Elaborada pelo autor

Este formato de site complementa o mapa interativo como um espaço de conhecimento e preservação de memórias, reunindo dados geográficos e conteúdos informativos em um só lugar, com objetivo de contribuir na luta pela valorização dos povos indígenas, tornando-se um espaço de conhecimento sobre as aldeias indígenas da Bahia.

Conheça o site AIB – Aldeias Indígenas da Bahia, acesse o link: <https://sites.google.com/view/aldeiasindgenasdabahia/in%C3%ADcio>

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através desse geojornalismo, espero que de alguma forma seja possível ajudar na luta pelos direitos das comunidades indígenas, e que suas histórias de luta, dificuldades e a diversidades culturais ecoem pelo mundo e sejam vistas, bem como os dados obtidos através dessa pesquisa proporcionem uma visão abrangente das condições sociais, geográficas e ambientais das aldeias, permitindo uma melhor compreensão das necessidades e desafios enfrentados por essas comunidades.

Tenho ciência que esse produto é só o começo de uma longa história no combate à falta de informações a respeito das aldeias indígenas baianas, e quem sabe um dia atravesse mais estados, contribuindo para que as próprias aldeias indígenas sejam protagonistas de suas próprias histórias, contribuindo como mais uma fonte de conhecimento a respeito da história indígena Brasileira.

Além da criação do mapeamento e site o projeto terá continuidade futura expandindo para o Instagram, visto que no processo de pesquisa nas redes sociais foi crucial como fonte de dados. O projeto ocupará espaço no Instagram como uma ferramenta de visibilidade e disseminação de informação, também está sendo organizado um lançamento oficial do site, com o objetivo de apresentar ao público o produto final, ampliando seu alcance e contribuindo como uma fonte educacional a respeito dos povos indígenas no estado da Bahia.

Os resultados deste trabalho destacam a importância do geojornalismo como ferramenta estratégica para a preservação dos direitos territoriais e culturais dos povos indígenas. Os dados coletados durante a pesquisa, podem ser utilizados para promover ações que melhorem o acesso a serviços essenciais, como saúde, educação e infraestrutura, além de fortalecer as políticas de preservação ambiental e cultural.

Este estudo abre caminho para futuras pesquisas, ressaltando a necessidade de atualizações periódicas dos dados e a inclusão de novas tecnologias de mapeamento. É crucial manter um diálogo contínuo com as comunidades indígenas para assegurar que suas perspectivas e necessidades sejam sempre levadas em consideração nas políticas públicas.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, C. W.; BELL, Emily; SHIRKY, Clay. **Jornalismo pós-industrial: adaptação aos novos tempos**. Observatório da Imprensa, Revista de Jornalismo ESPM. Edição Brasileira da Columbia Journalism Review, São Paulo, 2012.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE AÇÃO INDIGENISTA – ANAÍ. Disponível em: <https://anaind.org.br/>. Acesso em: 09 jul. 2025.

BA.GOV.BR. **Bahia tem a segunda maior população indígena do país**. Disponível em: [https://www.ba.gov.br/seplan/noticias/bahia-tem-a-segunda-maior-populacao-indigena-do-pais#:~:text=De%20acordo%20com%20os%20dados.um%20total%20de%20229.103%20pessoas](https://www.ba.gov.br/seplan/noticias/bahia-tem-a-segunda-maior-populacao-indigena-do-pais#:~:text=De%20acordo%20com%20os%20dados.um%20total%20de%20229.103%20pessoas.). Acesso em: 28 jun. 2025.

BRADSHAW, Paul. **O que é jornalismo de dados?** In: GRAY, Jonathan; BOUNEGRU, Liliana; CHAMBERS, Lucy (Org.). **Manual de Jornalismo de Dados**. Tradução de Data Journalism Handbook. Disponível em: <https://datajournalism.com/read/handbook/one/introduction/what-is-data-journalism>. Acesso em: 20 jun. 2025.

CALDAS, Antônio Heleno Caldas Laranjeira. **Abordagens sobre a região jornalística e a região midiática**. Anais de Resumos Expandidos do Seminário Internacional de Pesquisas em Miatização e Processos Sociais, [S.l.], v. 1, n. 4, São Leopoldo, RS , 2020.

CARDOSO, Elisângela. **Povos indígenas e o direito à terra na realidade brasileira**. Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Pernambuco-RE, Brasil . Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 133, p. 480-500, 2018.

COLLABORATORY – **Google Colab**. Disponível em: <https://colab.research.google.com/>. Acesso em: 15 mai. 2024.

CONSELHO INDÍGENA MISSIONÁRIO – CIMI. **Relatório dados de 2023: violência contra os povos indígenas no Brasil**. Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2024/07/relatorio-violencia-povos-indigenas-2023-cimi.pdf>, Acesso em: 12 jul. 2024.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL (Brasil). **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/seguranca_alimentar/_doc/leis/1988/Lei%20-%20Os%20indios%20na%20Constituicao%20Federal%20de%201988.pdf. Acesso em: 19 jul. 2024.

DEZIDÉRIO, Raquel, et al. **Mapeamento participativo e cartografia social: aspectos conceituais e trajetórias de pesquisa**. iniciativa: Instituto Virtual para o Desenvolvimento Sustentável - IVIDES.org. Rio de Janeiro, 2021.

DORNELLES, Soraia Sales. **A produção da invisibilidade indígena: sobre construção de dados demográficos, apropriação de terras e o apagamento de identidades indígenas na segunda metade do XIX a partir da experiência paulista**. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais – RBHCS Vol. 10 Nº 20, 2018.

FERREIRA, Michele Guerreiro; SILVA, Janssen Felipe da. **Protagonismo dos movimentos sociais negros na superação da herança colonial, nos currículos colonizados das escolas brasileiras**. Revista Tópicos Educacionais, Recife, 2014.

FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS – FUNAI. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/terras-indigenas/geoprocessamento-e-mapas>. Acesso em: 15 mai. 2024.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

HOSTGATOR. **Google Colab**. Disponível em: <https://www.hostgator.com.br/blog/google-colab/>. Acesso em: 14 ago. 2024.

GLOBOPLAY, Jornal Liberal – 2ª edição. **Procurador do PA acusado de incitar racismo pede afastamento do cargo de ouvidor**. 2019. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8125320/>. Acesso em: 14 jul. 2025.

HUNTER, Mark Lee. **Investigação a partir de histórias: um manual para jornalistas investigativos**. Publicado originalmente em 2009; versão em português lançada em 2014 pela UNESCO. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000226456>. Acesso em: 31 mai 2015.

INFOAMAZONIA. Disponível em: <https://infoamazonia.org/maps/>. Acesso em: 15 jun. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/mapas.html?localidade=&recorte=N1125>. Acesso em: 19 jun. 2024.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL – ISA. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/>. Acesso em: 16 jun. 2025.

LEMOS, André. **Mídia locativa e territórios informacionais**. In: **Estéticas tecnológicas: novos modos de sentir**. São Paulo: EDUC, 2008.

LAGE, Nilson. **Ideologia e técnica da notícia**. Florianópolis: Insular, Ed. da UFSC, 2001a.

LAGE, Nilson. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. Rio de Janeiro: Record, 2001b.

MINAYO, Maria. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MONTEIRO, John M. **Armas e armadilhas - História e resistência dos índios**. In: **NOVAES, Adauto(Org.). A Outra Margem do Ocidente**, São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

MUSEU DA LÍNGUA PORTUGUESA. **Os povos indígenas e o Português do Brasil**. 2022. Disponível em: <https://www.museudalinguaportuguesa.org.br/os-povos-indigenas-e-o-portugues-do-brasil/>. Acesso em: 08 jul. 2025.

NAZARÉ, Stefanie Gama de; GOMES, Priscila do Socorro dos Santos; TENAGLIA, Mônica; NETO, João Arlindo dos Santos. **Do acervo ao feed: o Instagram como ferramenta de mediação da informação e difusão da memória no Arquivo Público do Estado do Pará.** Florianópolis, v. 35, n. 70, p. 01-22, 2025.

PALADINO, Mariana. **Algumas notas para a discussão sobre a situação de acesso e permanência dos povos indígenas na educação superior.** Revista Práxis Educativa, Ponta Grossa, v. 7, Número Especial, p. 175-195, 2012.

PALADINO, Mariana; ALMEIDA, Nina Paiva. **Entre a diversidade e a desigualdade: uma análise das políticas públicas para a educação escolar indígena no Brasil dos governos Lula.** Rio de Janeiro, 2012.

POLITIZE. **Os direitos indígenas no Brasil.** 2021. Disponível em: <https://www.politize.com.br/equidade/direitos-indigenas-no-brasil/>. Acesso em: 08 jul. 2025.

PYTHON SOFTWARE FOUNDATION. **Python.** Disponível em: <https://docs.python.org/pt-br/dev/faq/general.html#what-is-python>. Acesso em: 15 mai. 2024.

REGO, André de Almeida. **Os aldeamentos indígenas fundados na Bahia e capitânicas vizinhas durante o período colonial.** Revista Uneb. Etnicidades, Movimentos Sociais e Educação, Paulo Afonso, p. 81-108. 2016.

REIS FILHO, Paulo; CRUZ, Luciana; LOPES, Monica. **Mapas como ferramenta de transformação social.** Artigos Técnicos do Laboratório de Cenários da Agência UFRJ de Inovação, 2020.

ROCHA, Liana Vidigal. **O geojornalismo como modelo do sistema pós-industrial.** In: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, Rio de Janeiro -RJ, 2015.

SCHISTECK, Harald; CARVALHO, Luzineide Dourado. **A formação histórico-geográfica do semiárido brasileiro.** In: Educação e convivência com o semiárido brasileiro: reflexões por dentro da UNEB. 2. ed. Juazeiro-BA: UNEB/Depto. de Ciências Humanas – Campus III/NEPECSAB/MCT/CNPQ/INSA/Selo Editorial RESAB, 2013.

SILVA, Regina; SATO, Michèle. **Territórios e identidades: mapeamento dos grupos sociais do Estado de Mato Grosso, Brasil.** 2008. 3 Pesquisadoras do Grupo Pesquisador em Educação Ambiental da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, Ambiente & Sociedade. Campinas v. XIII, n. 2. p. 261-281. jul.-dez. 2010.

TECTUDO. **Google Maps.** Disponível em: <https://www.techtudo.com.br/tudo-sobre/google-maps/>. Acesso em: 23 mai. 2024.